

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São Jose do Rio Pardo. Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à rua Tarquínio Cobra Olyntho, nº69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Mario Aparecido Gusmão, estando presentes os seguintes conselheiros : Dr. Alcides Tiezzi; Alexandra S .Esteves Passos; Ana Alice De Marque; Antônio Carlos Jardim; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida L. Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; Hamilton Torres; Hélio Escudero; Ionne Carla de Andrade Barros; Jorge Aureliano Sanches; Lílian do C. Molfi de Lima; Luiz Roberto de Oliveira; Marcelo Donizeti Primini; Mario Aparecido Gusmão; Maria Cristina Silvério; Regina Marcia Braz Bocamino; Simone Maria de Rezende Bueno; Sônia Maria Vital Calsone; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes. Havendo número legal de participantes o sr. Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia.1-Análise dos Balancetes dos meses de Maio e Junho de 2017, com parecer favorável do conselho fiscal. 2 -Apreciação do 2º relatório trimestral da Carteira de Investimentos do ano de 2017; 3- Assuntos Diversos. Em seguida o Sr. Presidente convidou o contador do IMP o Sr. Marco Antônio Ferreira da Silva, para comentar sobre os referidos balancetes. O Sr. Marco Antônio confirmou as receitas do mês de Maio de 2017 no valor de R\$1.559.869,11 e do mês de Junho de 2017 de R\$ 2.394.366,11 e as despesas do mês de Maio/2017 no valor R\$ 2.037.247,59 e do mês de Junho/2017 no valor de R\$1.958.572,21de e saldos Bancários do mês de Maio/2017 deR\$184.573.735,72 e do mês de Junho/2017 de R\$185.009.530,22. Os balancetes após análise pelos conselheiros foram aprovados por unanimidade. Em seguida o Sr. Marco Antônio comentou sobre os débitos Patronais que estão em atraso da Prefeitura Municipal, FEUC e DEC que serão informados depois pelo Presidente do IMP, Sr. Fabiano Boaro de Souza. Em seguida foi convidado o Sr. Eduardo de Paula Marin, Diretor Financeiro para comentar sobre o 2º Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos do IMP de Abril/Maio/Junho/ 2017. O Sr. Eduardo apresentou gráficos relatando o desempenho e a Rentabilidade Individual da carteira por fundo de investimentos, comparada com a Meta Atuarial e CDI dos meses de Abril/Maio/Junho/2017. A Performances dos Fundos de Longo Prazo no mês de Maio/2017, Demonstração gráfica da Diversificação da Carteira de Investimentos em Renda Fixa; Distribuição legal conforme a Resolução do BACEN 3922, Distribuição por Administrador e a Evolução do Patrimônio no Ano, com resultado geral dos Juros/deságios a saber: Janeiro/2017 R\$2.771.714,50; fevereiro/2017 R\$2.840.622,80 março/2017 R\$2.449.325,80; Abril/2017 R\$1.082.027,28; Maio/2017 com R\$721.593,72 e deságio de R\$112.871,35 e Junho/2017 juros de R\$1.466,139,46. Apresentou também o Saldo de Investimentos por fundo sendo *Abril/2017 de R\$184.977.974,86; Maio/2017; de R\$184.481.697,23 e Junho/2017 de R\$ 184.942.836,69.* O Sr. Eduardo terminou a explanação concluindo que o 2º trimestre de 2017 não foi bom como o trimestre passado, devido as notícias com envolvimento de políticos nos escândalos de corrupção em nosso País. A carteira registrou 0,59% de rentabilidade contra a meta atuarial de 0,57%, uma pequena diferença positiva. O mês de Maio em especial, foi o mais agressivo para os fundos de investimentos e outros produtos no mercado financeiro Nacional. Exatamente no dia 17/05, os noticiários

trouxeram aquilo que derrubou todos os ativos causando o famoso risco sistêmico para as aplicações financeiras. O assunto foi sendo minimizado durante o restante do mês e alguns fundos puderam recuperar parte do que foi abalado, tendo na Carteira alguns fundos que fecharam negativos: BB Alocação Ativa com 0,36%; BB PREV.IPCA I com 0,37% e BB Prev.IPCA III crédito privado com 0,02%. O último mês que fechou, apresentou uma recuperação tímida e muita volatilidade para os fundos, mas numa visão geral todos os fundos superaram a meta atuarial, com destaque para fundos de índice IRF-M que rentabilizou em média 1,33%, sendo o resultado na carteira de 6,34% contra a meta atuarial de 4,11%, uma diferença positiva de 2,23% acima da meta atuarial, destacando no mês de junho uma deflação para o índice INPC que ficou com 0,30% no mês e no semestre com 1,12%, tendo o IPCA que mede a inflação oficial no País ficando negativo em 0,23% em junho, a taxa mensal mais baixa em 19 anos. Declarou também que o Comitê de Investimentos em sua última reunião colheu informações importantes e se sensibilizou com as incertezas no cenário político do País, observando os critérios sobre a atual diferença acima da meta atuarial foi então formulada indicação para migração do fundo de investimentos BB Prev. IRF-M para o fundo Caixa Brasil TP IRF-M1, que tecnicamente tem o perfil de proteção da carteira apresentando em análise acima dos demais fundos entre outras Instituições Financeiras. O Sr. Diretor Financeiro concluiu dizendo que sinteticamente a proteção da carteira servira para uma eventual reversão à aprovação da Reforma da Previdência almejada pelo Governo Federal o que poderá trazer uma grande volatilidade para os fundos de investimentos principalmente os de longo prazo e que com a indicação do Comitê fará que sejam encurtados a prazo médio da carteira, reduzindo os riscos de mercado. A indicação foi apresentada ao Conselho Administrativo para avaliação e decisão, foi acatada e aprovada para migração para o fundo indicado, estabilizando assim o monitoramento ativo no cenário doméstico com o intuito de terminar o exercício de 2017 superando a meta atuarial. Os conselheiros aprovaram por unanimidade, o 2º Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos do IMP de 2017. A seguir falou o Presidente do IMP, Sr. Fabiano Boro de Souza, sobre o ofício do procurador jurídico do IMP, Dr. Ricardo A. Possebon, sobre a Lei Municipal nº 4.648 de 15/04/2016 que reestrutura o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo e dá outras providências e artigo 2º incisos I e II. Artigo 48 incisos I-II-III-IV-V-VI-VII e Adicional por Tempo de Serviço, Artigo 57- § 1º e § 2º. Como não constou da pauta da reunião o Sr. presidente do Conselho pediu que fosse colocado em pauta numa próxima reunião e fossem apresentados elementos para embasamento do pedido e posterior análise do Conselho Administrativo, no que foi aprovado por todos os conselheiros. Em seguida o Sr. presidente do IMP falou sobre a dívida da Prefeitura, DEC e FEUC que apresentam um débito de PREF. R\$28.283.690,38; DEC. R\$1.189.035,28 e FEUC. R\$1.386.912,94 no total de R\$30.859.638,60 sem os juros e correção. Os débitos serão parcelados de acordo com a Lei vigente e foram autorizados pelo Conselho Administrativo e Câmara Municipal. Quanto aos processos inconstitucional ou não julgados em 1ª e 2ª instância que os Conselheiro ficaram de avaliar nessa reunião, o Conselho decidiu que deverão continuar sendo julgados em 2ª instância já que segundo o procurador houve uma reviravolta e os processos em 2ª estância estão sendo considerados improcedentes pela Justiça. Com referência aos pedidos de desmembramento do auxílio doença do IMP para

a Pref. Municipal e empréstimo Consignado que foram rejeitados pela Câmara Municipal, foi sugerido pelo Conselho, que deverão ser avaliados e alterados e encaminhamentos novamente à Câmara, em separado, auxílio doença e crédito consignado, bem fundamentados, junto aos vereadores, Sindicato e Associação de funcionários, já que não viram com bons olhos essas mudanças. O Sr. Presidente do IMP alegou que não houve má fé ao pedir seção extraordinária para a Câmara, a qual o prefeito teve que entrar com mandado de segurança e sim pelo fato do contrato do IMP com o perito estar vencendo no final do mês e caso o projeto fosse aprovado não haveria necessidade de renovação do contrato, cujo perito solicitou o dobro do valor para renovação do contrato. Foi solicitado pelos conselheiros que a prefeitura informe como será feita a negociação e transição do projeto 122, que segundo alguns, não está muito claro. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, Eu Sônia Maria Vital Calsone, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais conselheiros presentes.

01-Alcides Tiezzi\_\_\_\_\_

02-Alexandra S .Esteves Passos\_\_\_\_\_

03-Ana Alice De Marque\_\_\_\_\_

04-Antonio Carlos Jardim\_\_\_\_\_

05- Carlos Henrique da Trindade\_\_\_\_\_

06-Cleonice Aparecida L. Calegari\_\_\_\_\_

07- Francisco Carlos de Oliveira\_\_\_\_\_

08 Hamilton Torres\_\_\_\_\_

09-Helio Escudero\_\_\_\_\_

10-Ionne Carla Andrade Barros\_\_\_\_\_

11- Jorge Aureliano Sanches\_\_\_\_\_

12- Lillian do Carmo Molfi de Lima\_\_\_\_\_

13- Luiz Roberto de Oliveira\_\_\_\_\_

14-Marcelo Donizete Primini\_\_\_\_\_

15-Maria Cristina Silvério\_\_\_\_\_

16-Mario Aparecido Gusmão\_\_\_\_\_

17-Regina Marcia Braz Bocamino\_\_\_\_\_

18-Simone Maria de Resende Bueno\_\_\_\_\_

19-Velmor Baldassim\_\_\_\_\_

20- Wanderlei Aparecido Fernanades\_\_\_\_\_

-----x-----